

Alto Douro Vinhateiro património da humanidade: a complexidade de um programa de preservação

Lina Lourenço-Gomesⁱ
João Rebeloⁱⁱ

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)

Resumo: O Alto Douro Vinhateiro (ADV) foi classificado pela UNESCO, em 2001, como paisagem cultural evolutiva viva. Além da diversidade física e paisagística, há uma multiplicidade de actores que intervêm no ADV possíveis de definir a três níveis: instrumentos e organismos públicos, ao nível da gestão do território; direitos de propriedade e responsabilidade da gestão, ao nível patrimonial; e stakeholders, quanto aos efeitos da preservação. Neste trabalho, pretende-se definir os atributos a considerar num programa de salvaguarda do ADV, tendo por base evidências sugeridas num estudo prévio, nos resultados de um pré-teste e em discussões públicas e reuniões com peritos. Da investigação efectuada resulta que os atributos a considerar são: (a) vinha em socacos com muros de xisto; (b) mosaico paisagístico (diversidade de culturas vegetais), incluindo bordaduras; (c) aglomerados urbanos; (d) disposição a pagar expressa num preço..

Palavras-chave: Património mundial; UNESCO; Paisagem cultural evolutiva viva; Preservação.

Title: **The Alto Douro Wine Region World Heritage Site: The complexity of a preservation program**

Abstract: The Alto Douro Wine Region (ADW) was listed by UNESCO in 2001 as a living and evolving cultural landscape. Besides the physical diversity of the landscape, there is a multiplicity of actors involved in ADW preservation defined at three levels: i) instruments and public entities (in terms of land management); ii) property rights definition and liability management (asset level); and iii) stakeholders (as regard the preservation effects). In this paper, we define the relevant attributes to formulate a program to preserve and safeguard the ADW, based on the evidence suggested in a previous study, on the results of a pretest and using information from public discussions and meetings with experts. The research carried out shows that the attributes to consider are: (a) terraced vineyards supported by schist walls, (b) landscape mosaic with agricultural diversity, including plots planted with and bordered by traditional crops, (c) traditional agglomerations and built heritage and, (d) a price, expressed by an annual tax increase per household..

Keywords: World Heritage; UNESCO; Living and evolving cultural landscape; Preservation.

i Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia Sociologia e Gestão (DESG). Email: lsofia@utad.pt.

ii Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia Sociologia e Gestão (DESG). Email: jrebelo@utad.pt

Introdução

A Convenção Património Mundial, lançada pela UNESCO em 1972, para protecção de património cultural, é considerada uma iniciativa de inegável êxito, tendo já sido ratificada por 186 países 1 de todos os continentes. A Lista do Património Mundial compilada pela UNESCO, que desde a 33ª sessão ordinária que decorreu em Sevilha em Junho de 2009, engloba 890 sítios 2, tanto culturais como naturais, tornou-se altamente popular. Muitos destes sítios são factores de grande atracção de turismo cultural e verdadeiros ícones de identidade nacional e cultural (Shackley, 2006).

Inerente à classificação como património cultural está o critério essencial “valor excepcional” para a Humanidade. Apesar da nobreza inerente à classificação, subsiste certa ambiguidade, motivo pelo qual a UNESCO estabeleceu com detalhe em Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (UNESCO, 2008) 3 os critérios e procedimentos inerentes ao atributo de valor excepcional universal, preservação, salvaguarda e promoção do Sítio. Os Sítios classificados devem preencher, pelo menos, um dos dez critérios estabelecidos, os quais são aplicados em estrita ligação com três aspectos determinantes: unicidade, autenticidade histórica e integridade. Os primeiros seis critérios referem-se aos Sítios Culturais e os restantes quatro aos Sítios Naturais.

A classificação de um Sítio 4 como Património Mundial tem consequências positivas e negativas (Frey e Steiner, 2010) sobre o bem. Entre as positivas destacam-se a atenção e a concomitante protecção específica. Ao nível da atenção, a Lista do Património Mundial pode ser considerada equivalente, em termos de esforço internacional, à salvaguarda do planeta da destruição ambiental. A classificação atrai muito actores, desde: (a) o público em geral que passa a ter acesso a informação dos media e de peritos, com a informação e as notícias a terem importantes consequências sobre a auto-estima do país e mesmo impacto económico para parte da população, nomeadamente pela atracção de visitantes; (b) os decisores públicos que são sensibilizados para a importância do sítio para o país, logo para a sua preservação, até pelo impacto público negativo gerado pela desclassificação pela UNESCO ou pelo simples aviso de potencial desclassificação 5; (c) mecenas que podem contribuir para a manutenção do bem; (d) empresas privadas, as quais retiram benefícios, em especial, de actividades económicas ligadas ao turismo e comércio, com todos os efeitos multiplicadores económicos daí resultantes.

Paradoxalmente, o sucesso da iniciativa de classificação internacional pela UNESCO defronta-se com problemas relacionados com:

(a) O processo de selecção (Van der Aa, 2005) dos sítios culturais e naturais a incluir na lista, o qual se baseia fortemente nos pareceres de peritos em história e arte e pouco em estudos económicos. Estes últimos, através do cálculo da disposição a pagar, determinam o valor do bem, para certa parte da população, e os custos de

preservação (Frey e Steiner, 2010). Efectivamente, na selecção do bem está intrínseca a qualidade que reflecte o valor cultural excepcional, condição básica para integrar a lista, mas também o nível exigido de conservação e preservação, com a inerente necessidade de afectação de recursos financeiros (Frey e Pamini, 2010) e o surgir de problemas relacionados com externalidades negativas e de free-riding inerente aos bens públicos.

- (b) Sobreextensão, com o número de sítios classificados pela UNESCO a aumentar, o que se, por um lado, representa um sinal da riqueza cultural e natural dispersa pelo mundo, por outro lado, aplicando a lei da utilidade marginal, o “valor” atribuído aos bens vai diminuindo. E, como cada vez mais são os sítios que preenchem as condições de classificação, torna-se difícil ver como esta pode ser reduzida ou mesmo parada (Benhamou, 1996). Corre-se o risco da “vulgarização” da classificação.
- (c) Efeitos de substituição perversos, com os agentes políticos e económicos a dedicarem menor atenção aos bens não classificados, que passam a ser assumidos como de segunda categoria, incluindo os recursos financeiros destinados à preservação e valorização. O resultado final pode ser um jogo de soma negativa, com benefícios, económicos e sociais, líquidos agregados negativos.
- (d) Destruição provocada pelo acréscimo de popularidade e aumento de vagas de turistas e visitantes pouco escrupulosos, especialmente nos casos de acesso livre e de difícil guarda. Adicionalmente, sítios classificados são alvos preferidos para a destruição de memória colectiva, em tempos de guerra (Wegner e Oter, 2008) ou por terroristas porque são alvos bem publicitados (Frey e Rohner, 2007).

Apesar da economia da cultura ser uma área relativamente recente, em especial, na última década, surgiu investigação dando atenção a áreas do património como: o impacto da inscrição na lista da UNESCO na economia e actividade turística (Prud'homme, 2008; Arezki et al., 2009); o processo de selecção pela UNESCO (Van der Aa, 2005); a análise de questões genéricas relacionadas com património (Peacock e Rizzo, 2008; Ginsburg e Throsby, 2006; Towse, 2003). Adicionalmente, existe uma diversidade de estudos que avaliam a utilidade inerente à preservação, assim como as suas consequências económicas e financeiras. A dissertação de doutoramento de Lourenço-Gomes (2009) inclui uma boa revisão bibliográfica destes trabalhos.

Da literatura anteriormente referida, resulta que a classificação do sítio pela UNESCO é um momento importante no reconhecimento público universal da qualidade do bem, que, no entanto, deve ter associada uma boa estratégia de divulgação, preservação e salvaguarda, aspectos operacionalizados através de um plano de gestão. A complexidade deste trabalho varia com tipo de

bem (monumento, conjunto de edifícios, parque natural, paisagem), sendo necessariamente relevante no caso de paisagens culturais evolutivas vivas, em que é necessário compatibilizar os aspectos patrimoniais e históricos com a competitividade das actividades desenvolvidas, em mercados competitivos e globalizados. Esta é a situação do Alto Douro Vinhateiro (ADV), em que a vitivinicultura é o principal suporte económico da região.

No ADV, a salvaguarda é complexa, devido, por um lado, à própria natureza do bem e, por outro, à dinâmica subjacente à noção de salvaguarda dos seus elementos culturais. Quanto à natureza do bem, o ADV compreende múltiplos atributos, pelo que a decisão de os preservar ou proteger envolve, inevitavelmente, que alguém estabeleça critérios e prioridades, por princípio, baseados na informação prestada por peritos em áreas tão diversas como antropologia, história, arquitectura, agronomia, ambiente recursos naturais, economia. Dotados de saberes específicos os peritos nestas áreas devem suprir falhas de conhecimento da sociedade, de modo a que esta compreenda a importância do valor do bem (histórico, cultural e intergeracional).

No entanto, independentemente da validade das propostas dos peritos, na preservação, a qual envolve recursos financeiros públicos, numa óptica de avaliação custo-benefício, devem ser tidas em conta as escolhas da sociedade, expressas, por exemplo, pelas preferências dos consumidores actuais do bem.

No ADV, a dinâmica de preservação tem de compatibilizar a manutenção dos elementos culturais com crescimento económico da região tendo em vista a melhoria do bem-estar dos seus criadores e impulsionadores, os viticultores e a população duriense em geral.

Não restam dúvidas de que o carácter de paisagem cultural evolutiva viva do ADV coloca constrangimento à manutenção de elementos mais tradicionais com a procura de soluções técnica e economicamente eficientes na cultura da vinha e mesmo em imobiliárias, ligadas, por exemplo, à habitação, turismo, adegas e armazéns agrícolas.

Tendo em mente o contexto de características multi-atributo do bem, o elevado e diversificado número de stakeholders e a complexidade na gestão e salvaguarda do ADV, este trabalho pretende contribuir para um melhor conhecimento da fase preliminar de definição de um programa de salvaguarda. Para o alcance deste desiderato, além desta Introdução, estrutura-se o artigo 6 do seguinte modo. A secção 2 é dedicada à caracterização do ADV, em termos de elementos que o definem e condicionam. Na secção 3 apresentam-se os instrumentos legais e os actores com intervenção no ADV. A secção 4 é dedicada à concepção económica do

programa de preservação ADV. Conclui-se o trabalho com a apresentação de algumas notas finais.

O bem cultural ADV

A preservação do item cultural ADV implica conhecê-lo, identificando-se os elementos chave que o caracterizam, assim como o seu papel na configuração da paisagem. A percepção dos elementos que o integram passa pelo seu posicionamento no território e pela explicitação do seu significado como paisagem cultural evolutiva viva.

O eixo central da área classificada é o rio Douro, para o qual afluem os rios Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão. A mancha classificada é apenas uma parcela do total da Região Demarcada do Douro (RDD), funcionando a remanescente como uma “zona tampão”. Dentro da RDD (250.000 hectares), a área classificada, com 24.629 hectares como património da humanidade é repartida por 13 concelhos.

A representatividade de cada concelho no ADV, em termos de Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT-ADV) é explicitada na Tabela 1. O concelho de S. João da Pesqueira tem o peso relativo mais significativo no ADV, enquanto os de Vila Real e Torre de Moncorvo ocupam a posição oposta.

Os critérios que atestam o valor universal e excepcional do ADV subjacentes à sua inclusão na lista de Sítios pela UNESCO (2001) 7 são: *Criterion (iii) - The Alto Douro Region has been producing wine for nearly two thousand years and its landscape has been moulded by human activities; Criterion (iv) - The components of the Alto Douro landscape are representative of the*

Concelhos	Parte do concelho incluída no PIOT-ADV (hectare)	Repartição do ADV por concelhos (%)
Mesão Frio	786	3,19
Lamego	1.557	6,32
Peso da Régua	1.962	7,97
Stª. Marta de Penaguião	931	3,78
Vila Real	618	2,51
Armamar	1.143	4,64
Sabrosa	2.557	10,38
Tabuaço	2.538	10,3
Alijó	2.478	10,06
S. João da Pesqueira	4.751	19,29
Carraceda de Ansiães	2.417	9,81
Torre de Moncorvo	613	2,49
Vila Nova de Foz Côa	2.278	9,25
Total ADV	24.629	100

Tabela 1 – Concelhos do ADV e respectiva repartição Fonte: Adaptado de Aguiar et al. (2001)

full range of activities associated with winemaking - terraces, quintas (wine-producing farm complexes), villages, chapels, and roads; Criterion (v) - The cultural landscape of the Alto Douro is an outstanding example of a traditional European wine-producing region, reflecting the evolution of this human activity over time”.

Os critérios aplicados remetem para o ADV ser uma paisagem moldada por actividades do Homem. Os seus elementos principais relacionam-se com a cultura da vinha, cuja antiguidade lhe confere tradição, mas a coexistência com técnicas mais modernas reflecte a sua evolução ao longo do tempo. Não obstante o ADV ser um todo inter-relacionado, para explicitação do seu sentido cultural, enfatizam-se três aspectos: Obra humana; Paisagem cultural evolutiva viva; Elementos culturais na paisagem.

Obra Humana

A paisagem cultural do ADV é fruto do trabalho de humanização de uma natureza adversa, marcada por clima rigoroso, precipitação reduzida,

solos pedregosos e de declives abruptos. Desde há cerca de dois milénios que o Homem interpretou a produção de vinho como a solução viável para o ADV. E foram essencialmente as actividades relacionadas com essa produção e a longa tradição de viticultura que deram origem à sua actual paisagem de beleza ímpar.

A distribuição percentual de uso do solo no ADV (Figura 1) permite constatar a bem evidente a preponderância da vinha (cerca de 38%). Entre as culturas agrícolas, para além da vinha, destaca-se o olival, representando 13,3% do uso do solo. Outras culturas, nomeadamente de regadio, como as hortas e os laranjais representam cerca de 3%. O amendoal, não obstante a sua importância no Douro Superior, é muito pouco relevante no ADV (0,1%). Assim, as culturas seleccionadas ao longo do tempo, pelo Homem, para o ADV ocupam mais de metade do solo (55%).

Para além destas formas culturais, o padrão da paisagem é também determinado por espaços naturais como matos mediterrânicos e matas (28,7%) e povoamentos florestais (6%). Adicionalmente, outros elementos determinantes na configuração da paisagem são os rios e albufeiras (6,9%), assim como estradas e caminhos (2,6%).

A forma de ocupação do uso do solo no ADV permite apontar o mosaico como a sua característica principal, consolidando a ideia presente na Resolução de Conselho de Ministros nº 150/2003 de que “o ADV tem uma aptidão para a produção de qualidade das culturas mediterrânicas e é uma unidade que vive da manutenção de um mosaico paisagístico diversificado constituído por um equilíbrio entre áreas de produção e conservação”.

ADV como paisagem cultural evolutiva viva

A paisagem cultural do ADV é um exemplo de uma região europeia tradicional e de montanha produtora de vinho, reflectindo a evolução desta actividade humana ao longo do tempo. Na paisagem são visíveis e coexistem várias técnicas de cultivo da vinha desde as mais ancestrais, como as vinhas em terraços pré-filoxera (até 1860) e vinhas em terraços pós-filoxera (finais do século XIX até os anos 30 do século XX) até às formas mais modernas a

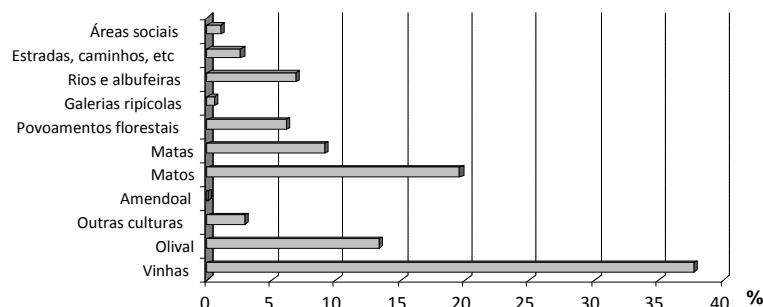


Figura 1 – Distribuição percentual do uso do solo no ADV Fonte: Elaboração própria com dados de Aguiar et al. (2001)

partir da década de 1970, designadamente vinhas em patamares, vinhas ao alto (últimas décadas do século XX) e vinhas plantadas sem armação de terreno (FRAH, 2000). Os socalcos pré-filoxera, suportados por muros de paredes baixas construídos por sobreposição de pedra, são estreitos e irregulares, comportando muitas vezes só uma fiada de bardos. Suporta 3.000 a 3.500 videiras/hectare (Figura 2).

Em meados do séc. XIX, estes vinhedos foram destruídos pelo ataque da filoxera e, em muitos casos, deram origem aos designados mortórios (ou vinhas mortas) visíveis na paisagem. Os antigos socalcos, que outrora suportavam vinha, foram reocupados por olival ou por vegetação espontânea (matos). Estas manchas, para além do valor histórico-evolutivo da cultura da vinha que encerram, têm impacto na configuração da paisagem abrangendo cerca de 3.488 ha, 63% dos quais ocupados por olival e 37% por matos (Figura 3).

Depois da crise provocada pela filoxera, a vinha foi plantada em terraços contínuos e regulares, sendo mais largos e um pouco inclinados, favorecendo a sua exposição solar. Estes socalcos pós-filoxera exibem muros muito altos e, devido à sua largura, suportam um maior número de fiadas de vinha (4, 5 ou mais), correspondendo a 6000 a 6.600 videiras/hectare e favorecem o recurso a meios técnicos, por exemplo, a tracção animal (Figura 4). Esta nova forma de armação do terreno para plantio das vinhas tem um impacto muito diferente na imagem transmitida pela paisagem dos socalcos pré-filoxera, como é possível constatar na Figura 5.

A procura de soluções mais eficientes, permitindo mecanizar e suprir a falta de mão-de-obra, conduziram a for-

mas distintas de armação do terreno que não necessitam de socalcos e/ou respectivos muros de suporte, estabelecendo uma alteração significativa na configuração da paisagem tradicional. Esta é uma alteração muito importan-



Figura 2 – Socalcos pré-filoxera. Fonte: FRAH (2000)

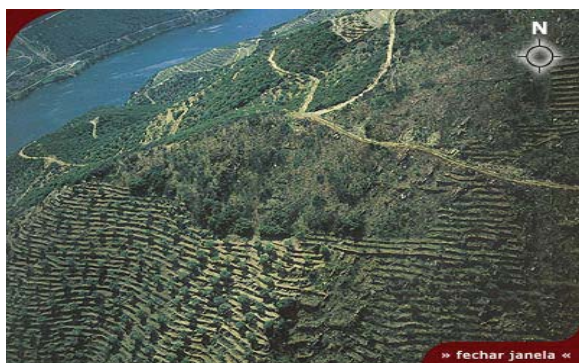


Figura 3 – Mortórios. Fonte: FRAH (2000: 21)

te, na medida em que os imensos quilómetros de muros em xisto constituem um marco de referência na paisagem cultural, certificando a sua longa tradição. Desde a década de 1970 têm surgido as formas modernas, sendo ainda um desiderato da gestão actual a procura de soluções mais eficientes. Por isso, esta é uma paisagem viva, cuja construção supera o tempo e alcança a actualidade.

As vinhas em patamares (largos) são plantadas numa plataforma horizontal suportada por taludes bastante inclinados, podendo ter altura variada de acordo com o declive natural da encosta. A plataforma é dimensionada para suportar normalmente dois bardos de vinha, separados entre si, cerca de dois metros, permitindo desta forma a mecanização (FRAH, 2000). Esta técnica levou à destruição dos muros tradicionais de xisto. Um dos maiores problemas das vinhas em patamares é a erosão causada pela água da chuva. Actualmente tem-se optado por patamares mais estreitos (micro-patamares), comportando só uma fiada de vinha (Figura 6).

A partir dos anos 80, surgiram as “vinhas ao alto” plantadas perpendicularmente às curvas de nível. As grandes

vantagens são o maior aproveitamento do terreno e uma mecanização mais completa (Figura 7).

Também presentes no ADV são as vinhas plantadas sem armação de terreno (Figura 8) predominando no Douro Superior, em geral em terrenos com menor declive.

Em termos globais, no início da última década, no ADV predominava a vinha em terraços pós-filoxera (50%) e seguidamente a vinha em patamares (35%). As formas mais modernas ocupam 12% (dos quais 5% é vinha ao alto e 7% é vinha sem armação de terreno e outras). A vinha tradicional em socalcos pré-filoxera só representa 2%. Adicionalmente, fruto de combinações distintas de técnicas de cultivo da vinha, à medida que nos deslocamos no sentido poente nascente a paisagem vai mudando e perdendo a concentração das formas mais antigas (designadamente em terraços pós-filoxera) para dar lugar às formas mais modernas.

Elementos culturais na paisagem

Para além dos muros em xisto, referência fundamental na paisagem cultural do ADV, servindo para amparar os terraços ou socalcos produzidos para plantar vinha nas suas encostas, outros elementos culturais que testemunham o modo de viver das várias gerações que passaram pelo ADV, influenciado pelas actividades de cultivo da vinha, são os aglomerados populacionais (a), a acessibilidade (b) e elementos religiosos (c).



Figura 4 – Vinhas em terraços pós-filoxera. Fonte: FRAH (2000: 23)



Figura 5 – Socalcos pré (à esquerda) e pós-filoxera (à direita). Fonte: FRAH (2000: 62)

(a) Aglomerados populacionais

O valor e atractividade dos aglomerados do ADV resultam da sua inserção na dinâmica da paisagem, permitindo uma visão global do território. Materializando a forma de habitar a região, desenvolveram-se adaptando e aproveitando as encostas dos terrenos e reproduzem in-



Figura 6 – Vinhas em patamares. Fonte: FRAH (2000:25)



Figura 7 – Vinhas ao Alto. Fonte: FRAH (2000:27)



Figura 8 – Vinhas sem armação de terreno. Fonte: FRAH (2000: 29)

fluências da vitivinicultura e da sua evolução.

Do ADV fazem parte 72 aglomerados populacionais de pequena dimensão, variando entre 150 a 900 edificações, nenhum deles sede de concelho. Regra geral, localizam-se longe do rio, outrora considerado foco de enfermidades. A cor que domina as casas é o branco (Aguiar et al., 2001).

A caracterização dos aglomerados populacionais, dada a sua diversidade e multiplicidade, é uma tarefa complexa, de forma alguma terminada, necessitando de investigação adicional local. Por isso, existem várias perspectivas de apreender esta realidade.

As quintas “constituem a forma mais emblemática de ocupar o território no ADV” (Aguiar et al., 2001: 78), sendo uma referência essencial na caracterização da paisagem cultural evolutiva viva. Passando de geração em geração, as quintas pertencem a proprietários privados, alguns dos quais, individualmente ou inseridos num grupo empresarial, têm permitido o acesso ao público para visitas, promoção de eventos ou alojamento. Na Figura 9 está bem evidenciada a presença destas unidades ao longo do ADV.

Em termos de estrutura, as quintas são constituídas pela casa de habitação, por vezes integram uma capela, jardim, por um conjunto de construções adjacentes de apoio ao trabalho vitivinícola e extensões de terrenos ocupados por vinha e olival. A evolução da estrutura organizacional

das quintas é o reflexo do desenvolvimento do comércio do vinho do Porto. Numa primeira fase, o 1º andar da casa era utilizado para habitação e os baixos para a adega. Nas traseiras, utilizando a inclinação do terreno, eram colocados lagares, permitin-

do a descarga directa de uvas. Numa segunda fase, houve uma autonomia das estruturas vitivinícolas, separando-se da casa e passando a ter edifício próprio. Em algumas quintas também são visíveis construções e instrumentos relacionados com a produção de azeite: o lagar de azeite, tulhas, pio, prensa e fornalha (FRAH, 2000).

(b) Acessibilidade

Tal como a forma de habitar, também as redes de acessibilidade da região, reflectem o modo de viver das populações, a sua adaptação ao território e à evolução da produção e comercialização do vinho do Porto. Na configuração da paisagem salientam-se os rios e albufeiras, linhas férreas, estradas e caminhos.

O rio Douro é considerado como o “elemento estruturador de todo o ADV” (Aguiar et al., 2001: 26), tendo sido um meio de comunicação e transporte determinante e único até aos finais do séc XIX. Por este navegaram barcos rabelos transportando pipas de vinho, pessoas e outras mercadorias. A navegação do rio Douro até Barca D’Alva, com a

demolição do Cachão de Valeira, permitiu a expansão das vinhas ao Douro Superior até à fronteira. Actualmente, o rio Douro possibilita navegação turística, comercial e recreativa.

Em 1887, a via-férrea, com a linha do Douro, veio melhorar a rede de acessibilidades da região. Tem uma extensão de 203 quilómetros, localizando-se, na sua grande parte, nas margens do rio Douro. Uma das estações mais emblemáticas desta linha, pelo seu edifício e azulejos, é a estação do Pinhão. Posteriormente, surgiram ramais ao longo dos vales dos rios Corgo, Tua e Sabor, as quais simbolizam uma importante componente do património edificado que é o puzzle ADV. O encerramento ou desactivação parcial destas linhas constitui perda patrimonial



Figura 9 – Quintas e Casais no ADV. Fonte: FRAH (2000: 58)

relevante.

Mais recentemente, a acessibilidade foi e tem sido melhorada pela rede viária (FRAH, 2000). Na sua maioria é constituída por estradas municipais e nacionais (62 e 26%, respectivamente), algumas bastante irregulares e pouco sinalizadas (Aguiar et al., 2001). Não obstante, itinerários principais e auto-estrada (IP4, A24, IP2) permitem a ligação dos aglomerados aos principais centros urbanos do Douro.

(c) Elementos religiosos

A religião e respectivo património eram, geralmente, associados à natureza e seus poderes. A relação religião/natureza promoveu o desenvolvimento de um “espírito do lugar”, testemunhando o esforço árduo do trabalho dos viticultores, as suas vivências, na construção da paisagem da qual resulta o vinho do Porto, o seu produto de excelência. Para além desta consagração, a presença de várias ordens religiosas na região, designadamente a de Cister a partir do séc XI, teve um papel muito importante na dinamização da vitivinicultura, comercialização de vinhos do Douro e na riqueza de património monumental construído (igrejas, conventos, ermidas e mosteiros), principalmente nos concelhos de Lamego, Tabuaço e Tarouca. Em termos de localização, é possível encontrar capelas e lugares de culto no alto dos montes, dentro dos povoados, em cruzamentos de caminhos ou em locais ribeirinhos. Esta diversidade de lugares de culto ates-

ta a evolução histórica e económica das populações, quer pedindo protecção para cultivos, para os seus rumos de vida, caminhos e para a passagem das barcas. Não há homogeneidade na construção ou composição das suas estruturas (Aguiar et al., 2001).

Geralmente associados a locais de culto localizados nos pontos mais altos dos montes, estão miradouros que permitem vistas panorâmicas da paisagem. Este binómio, intensificando o referido “espírito do lugar”, torna-se um local de visita privilegiado, tanto para visitantes como para a população local.

A multiplicidade dos elementos que integram e qualificam o ADV são elucidativos do quão difícil é estabelecer medidas simples e homogêneas de preservação e salvaguarda do bem. Esta dificuldade consubstancia-se e reforça-se se adicionada a multiplicidade de actores intervenientes no território.

Instrumentos e actores intervenientes no ADV

A manutenção da classificação do ADV implica uma gestão equilibrada do território em que intervêm múltiplos actores, possíveis de definir a três níveis: (a) instrumentos e organismos, ao nível de gestão territorial; (b) direitos de propriedade e responsabilidade de gestão, ao nível patrimonial e (c) stakeholders, quanto aos interesses e efeitos da preservação.

(a) Instrumentos e organismos

Tratando-se de uma região envolvendo uma área alargada, entrando na esfera de treze municípios, com planos reguladores específicos do uso do território, a inclusão do ADV na lista de património da UNESCO colocou inevitavelmente a necessidade de harmonização legal (Tabela 2) da gestão territorial entre os municípios, com vista à salvaguarda da sua paisagem cultural evolutiva viva.

Os instrumentos e organismos que surgiram a partir da inserção do ADV na lista da UNESCO compreendem o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT-ADV), instrumento de gestão territorial, a Estrutura de Missão para a RDD e a Liga dos Amigos do Douro Património da Humanidade, representativa da sociedade civil. Especificamente:

Plano intermunicipal de ordenamento do território (PIOT-ADV)

O PIOT-ADV foi o instrumento de gestão territorial do ADV decorrente da sua classificação como património da humanidade. Embora as suas orientações não vinculem directamente os privados, podem fazê-lo através da sua transposição para os Planos Directores Municipais (PDM) dos 13 municípios envolvidos, aquando da sua revisão. Em virtude de abranger uma área territorial alargada

com elementos interdependentes, trata-se de um plano intermunicipal integrador, essencialmente de natureza estratégica e não regulamentar, tendo como denominador comum a salvaguarda da paisagem classificada.

Em Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003 é publicada parte do documento do PIOT-ADV, nomeadamente as orientações estratégicas concretizadas em orientações substantivas, programa de acção e estrutura orgânica. As orientações substantivas definem regras quanto ao uso do solo, dando especial atenção à regulamentação da viticultura e da olivicultura, bem como à continuidade do mosaico paisagístico. Incluem um modelo de organização do território, definições, orientações de carácter normativo e um quadro referencial para revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Nas orientações normativas, o PIOT-ADV define actos interditos e estabelece parâmetros e condicionamentos quanto à plantação e replantação de vinha, tendo em conta “as dimensões da parcela e da exploração vitícola, o declive, os sistemas de armação do terreno existentes, os solos e a existência, ou proximidade, de valores patrimoniais”.

É de referir que os pareceres dados pelo organismo de apoio técnico do PIOT quanto à plantação e replantação de vinha deverão estar articulados com a legislação e os organismos responsáveis pela sua aplicação no ADV.

Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro

Criada por Resolução do Conselho de Ministros em 31 de Agosto de 2006, veio colmatar a falha de um organismo dinamizador de acções intermunicipais de desenvolvimento da RDD e de articulação de entidades públicas centrais e locais.

Uma das competências da Estrutura de Missão, directamente relacionada com a classificação do ADV como património da humanidade, é o acompanhamento e verificação das acções e orientações previstas no PIOT-ADV, tendo como perspectiva a salvaguarda dos valores paisagísticos, ambientais e culturais.

Liga dos Amigos do Douro Património Mundial

Associação cultural e de intervenção cívica, criada em 14 de Dezembro de 2002. Pretende acautelar e supervisionar a preservação e salvaguarda da paisagem, a sua promoção e valorização, nomeadamente através de acções de formação, informação/promoção e intervenção pública.

Adicionalmente a instrumentos e organismos, como programas de apoio financeiro específicos para o Douro Vinhateiro destacam-se, no quadro 2000-2006, as medidas agro-ambientais do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS) e Plano Zonal do Alto Douro Vinhateiro integrado na intervenção «Medidas agro-ambientais» do RURIS. No novo quadro de apoios (2007-2013) do programa de desenvolvimento rural (ProDer), as medidas do programa RURIS (medidas agro-ambientais e plano zonal) têm correspondência na medida Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro. Esta inclui a manutenção de socacos através de um apoio de natureza agro-ambiental (aplicação regulamentada na portaria n.º 232-A/2008 de 11 de Março) e incentivo a investimentos não produtivos necessários ao cumprimento de objectivos agro-ambientais e silvo-ambientais (Portaria n.º 596-C/2008 de 8 de Julho).

A aplicação das medidas agro-ambientais do programa RURIS, regulada na portaria n.º 1212/2003 de 16 de Outubro, tem como um dos objectivos gerais “permitir a preservação da paisagem e das características históricas

	Designação	Diploma legal
	Instrumentos e organismos	
	PIOT-ADV	Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003
	Estrutura de Missão do Douro (EMD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2006
	Liga dos Amigos Douro Património Mundial	Iniciativa da sociedade civil, constituída em Dezembro de 2002
	Programas de apoio	
2000-06	Medidas Agro-Ambientais (plano RURIS) Plano Zonal	Portaria n.º 1212/2003 de 16 de Outubro (Regulamento de aplicação das medidas agro-ambientais) Portaria 176/2005 (Regulamento de aplicação dos planos zonais)
2007-13	Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro (medida 2.4.3) do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, (ProDer)	Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de Março (Regulamento de aplicação das componentes agro-ambientais e silvo-ambientais da Medida n.º 2.4, Intervenções Territoriais Integradas) Portaria n.º 596-C/2008, de 8 de Julho (Regulamento de Aplicação dos Investimentos não Produtivos da Medida n.º 2.4)

Tabela 2 – Diplomas legais (restrições do uso)

e tradicionais nas terras agrícolas” (alínea d do art. 42º). O programa RURIS visa exclusivamente as vinhas e respectivos muros de suporte. Adicionalmente, na intervenção “medidas agro-ambientais” do programa RURIS foi aprovado o regulamento de aplicação do Plano Zonal do Alto Douro Vinhateiro (capítulo IX) na portaria nº 176/2005, sendo igualmente os agricultores em nome individual ou colectivo os potenciais beneficiários (art. 6º). Neste, para além da vinha, são elegíveis as culturas que figuram no mosaico da paisagem do ADV, especificamente, o olival ou amendoal, e citrinos. No período 2007-2013, a manutenção dos socalcos continuou a ser alvo de elegibilidade de financiamento na vertente de apoio agro-ambiental na medida Intervenções Territoriais Integradas do Subprograma nº 2 do ProDer. Adicionalmente, o novo quadro prevê o financiamento de “investimentos não produtivos”, onde se incluem a recuperação de muros de suporte em pedra posta nos socalcos, requalificação de casebres ou cardanhos e pombais.

Um dos aspectos principais do ADV é o seu carácter evolutivo, procurando otimizar a cultura da vinha, aplicando novas formas de armação e cultivo da vinha. Na RDD, a reconversão e reestruturação da vinha tem vindo a ser financiada ao abrigo de programas especializados dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA). Em 2000-2006 (III QCA) vigorou o Programa VITIS (portaria 685/2000, de 30 de Agosto) cujas ajudas foram geridas pelo IFADAP, actualmente Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP). A portaria nº471/2007 de 18 de Abril, regulou a continuidade do regime de apoios à reconversão e reestruturação das vinhas (VITIS) na campanha de 2007-2008, mantendo-se em vigor.

(b) *Direitos de propriedade responsabilidade de gestão*

A maioria dos elementos que constitui o ADV é de propriedade privada. As explorações agrícolas (9.054 na mancha demarcada, de acordo com Aguiar et al., 2001) pertencem, na sua grande parte, a um elevado número de pequenos viticultores residentes na região. As quintas, sendo explorações de maior dimensão, pertencem a famílias, algumas das quais residentes na região, ou a grupos empresariais, muitos dos quais com sede em Gaia, dedicadas ao comércio do vinho de Porto. Para além de serem detentores de edifícios inseridos nos aglomerados, os proprietários privados também possuem grande parte de elementos patrimoniais e artísticos. Em coerência com o direito de propriedade, a gestão dos edifícios privados, explorações agrícolas e elementos patrimoniais é da responsabilidade dos seus proprietários privados (FRAH, 2000).

Na Tabela 3 apresenta-se informação sobre a estrutura produtiva da totalidade da área de vinha da RDD. Uma leitura simples dos dados permite concluir que, no seu conjunto, cada viticultor tem uma média de 1,14 hectares (ha) de vinha. No entanto, a distribuição é bastante assimétrica, com 88,4% inseridos nas classes até 2 ha, a possuírem apenas 34,3% da área de vinha, uma média

0,25 ha por viticultor. Do lado oposto localizam-se os viticultores de maior dimensão (superior a 10 ha) que, apesar de apenas representar 1,5 % do total, detêm 31,3% da área, com uma dimensão média de 23,24 ha. Também na vinha predomina uma situação multifacetada, em que a classe dominante é a dos pequenos viticultores que convive com produtores de média e grande dimensão. Em termos ADV a questão que se coloca é como lidar e integrar os diferentes grupos na preservação do mosaico vitivinícola do ADV.

Outros elementos do património cultural, como capelas e miradouros, são geridos pela igreja local ou pela freguesia. Também de propriedade pública, são as vias de comunicação ligadas à rede viária, férrea e fluvial (FRAH, 2000), cabendo a responsabilidade da sua gestão a vários organismos ou empresas públicas. A gestão do território é da responsabilidade dos municípios.

Apesar da maioria dos direitos de propriedade pertencer a privados, a paisagem cultural do ADV é um bem de apropriação colectiva, no sentido de não rivalidade do consumo e não exclusão dos benefícios, tendo de ser objecto de acção pública.

A natureza pública de bens de património cultural, como o ADV, levanta questões adicionais ao nível das decisões de política, pelo facto de não haver uma correspondência clara entre os que beneficiam do bem, os que suportam custos ou pagam por ele e os que tomam as decisões, como acontece com os bens privados, podendo ocorrer problemas semelhantes aos dos commons e de free-riding.

(c) *Stakeholders*

Desta forma, interessa identificar os stakeholders, definidos como os indivíduos com algum interesse no item de património cultural em questão. Nestes, Throsby (1997) distingue os que obtêm benefícios (privados ou externos), os que suportam custos (voluntariamente, de manutenção, preservação, ou conservação) e os que tomam decisões políticas no âmbito do património.

Teoricamente, distinguem-se no ADV três tipos de beneficiários: residentes, visitantes e não visitantes.

- Os residentes, em contacto directo com a região e a paisagem, beneficiam da sua preservação, obtendo valor de uso. O valor monetário que atribuído a uma determinada medida pode ser obtido em locais de observação da paisagem, como passagens ou miradouros. Por outro lado, se o estatuto de património da humanidade criar efeitos de spillover, ao dinamizar a procura, serão beneficiados, de forma directa, os agentes locais relacionados com a oferta turística e, de forma indirecta, os sectores relacionados e de suporte ao turismo;
- Os visitantes/turistas, para além dos benefícios privados indissociáveis da experimentação de visita (valor de uso), também usufruem de benefícios públicos da preservação da paisagem, não rivais e de exclusão técnica.

camente problemática. Parte desta procura, nacional e internacional, é quantificável através do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e de turismo em espaço rural da região, do número de passageiros em navegações turísticas no Douro e em viagens turísticas em comboios históricos. No entanto, este tipo de informação é mais difícil de obter para os visitantes que não utilizam estes serviços, mas por iniciativa própria, a pé ou de carro, desfrutam da paisagem. Desta forma, em termos da logística da aplicação de inquéritos de valoração, parecem indicados os estabelecimentos hoteleiros, barcos e comboios para os primeiros e a escolha de locais de observação da paisagem privilegiados, como por exemplo miradouros, para os visitantes não integrados num serviço turístico;

- Os não visitantes, população em geral, retiram benefícios públicos da preservação do ADV, designadamente de não uso.

Na esfera oposta dos beneficiários, situam-se aqueles que suportam custos da preservação. Os de identificação imediata são os proprietários, principalmente das explorações agrícolas. Sendo os responsáveis pela sua gestão,

o ADV é um todo complexo, em que interagem diversos elementos reveladores de um processo histórico-cultural. Adicionalmente, deparamo-nos com um item de património cultural evolutivo, em que a concepção de políticas de preservação não se pode alhear do desenvolvimento da região e das condições de vida da população duriense, os criadores da obra ADV.

Apesar de peritos e especialistas em diversas áreas terem um papel relevante na escolha do que deve ser preservado ou conservado, o património ADV é público e, neste sentido, as escolhas devem responder também aos interesses da população em geral. Dada a necessidade de itens de património cultural responderem a uma procura crescente, na definição de um programa de preservação é importante conhecer e modelizar a sua opinião.

Seguindo a literatura sobre o tema (Lourenço-Gomes, 2009), para se determinarem as preferências e o valor que turistas e visitantes atribuem a características relevantes do ADV, é proposto um potencial programa de preservação, sem o qual não há garantia da presença e salvaguarda de cada um dos atributos. A obtenção de um valor monetário para os componentes do programa de preservação é assegurada com a inclusão do atributo preço, sob

Classes de área	Nº	Viticultores		Hectares	Área	
		%	% acum		%	% acum.
≤0,1 ha	9.099	23,0	23,0	412	0.9	0.9
0,1 ha ≤ Área < 0,5 ha	14.644	37,1	60,1	3.809	8.4	9.3
0,5 ha ≤ Área < 1 ha	6.420	16,3	76,4	4.586	10.2	19.5
1 ha ≤ Área < 2 ha	4.742	12,0	88,4	6.674	14.8	34.3
2 ha ≤ Área < 5 ha	3.134	7,9	96,3	9.649	21.4	55.7
5 ha ≤ Área < 8 ha	657	1,7	98,0	4.074	9.0	64.7
8 ha ≤ Área < 10 ha	201	0,5	98,5	1.802	4.0	68.7
Área ≥ 10 ha	609	1,5	100,0	14.154	31.3	100.0
Total	39.506	100,00		45.160	100.0	

Tabela 3 - Distribuição da área total de vinha da RDD por classes de dimensão, 2005. Fonte: Quartenaire Portugal/UCP (2007: 79)

terão de submeter-se a restrições de uso, algumas das quais se identificam com as orientações previstas no PIOT que passarem para os planos directores municipais, como referido no ponto anterior.

Na terceira esfera, situam-se os que tomam decisões no âmbito do património e da sua preservação. Neste salientam-se os municípios que controlam a salvaguarda do património, e outros que zelam pela mesma como associações e a Estrutura de Missão.

Como é de assentimento político generalizado, o desenvolvimento e revitalização da região passam pelo turismo e, neste sentido, a decisão de salvaguarda e valorização de atributos do ADV também tem necessariamente de dar resposta a uma procura crescente.

Concepção de um programa de preservação do ADV

Do descrito nas secções anteriores fica evidente que

a forma de um acréscimo de imposto anual por agregado familiar. Em termos práticos, este preço funciona como pagamento para compensar os durienses pelos custos acrescidos com a manutenção dos sistemas tradicionais e pelo serviço que prestam a todos: a preservação da nossa história, do nosso passado e cultura.

Na definição do programa, o primeiro passo incide na definição dos atributos e dos níveis de preservação. As fases subsequentes, fora do âmbito deste artigo, são o delineamento experimental, a construção do instrumento de inquérito, a recolha de informação e a valoração do bem através de modelos econométricos de escolha discreta.

Definição dos atributos e níveis

O processo de escolha dos atributos relevantes do programa de preservação do ADV baseou-se: (a) na caracterização do objecto de estudo, basicamente resultante da análise da candidatura do ADV à UNESCO (FRAH,

2000); (b) da experiência de estudo prévio; (c) resultados de pré-teste e (d) discussões públicas e encontros com peritos.

(a) Síntese da caracterização

Tal como explicitado no ponto 2, as evidências remetem para o facto da característica principal do ADV ser o mosaico paisagístico. A vinha e seguidamente o olival são as culturas agrícolas mais representativas.

Adicionalmente e, de acordo com os critérios de inclusão da paisagem do ADV na lista da UNESCO, trata-se de uma paisagem vitícola tradicional, actividade à qual as populações adaptaram o seu modo de habitar a região, quer ao nível dos aglomerados, quer de outras edificações, como construções de apoio ao trabalho vitivinícola e acessibilidade. Também as crenças e tradições, associadas numerosas vezes com a actividade vitivinícola, materializam-se em várias marcas de religiosidade, existindo um número elevado de pequenas capelas e igrejas.

(b) Resultados de estudo prévio

Madureira et al. (2005), após a apresentação de várias figuras variando atributos físicos (não incluindo o património construído), identificaram as seguintes três configurações de paisagem preferidas por visitantes e turistas do Douro: 1) Mosaico (25,3% dos inquiridos), em que o peso das vinhas novas diminui (comparativamente à situação actual), existe muita compartimentação e diversidade cultural; 2) Socalcos e bordaduras (22,8% dos inquiridos), onde se aumenta a presença de vinhas velhas, sendo menos compartimentado que o anterior; 3) Actual (16,5% dos inquiridos). Concluíram que os aspectos determinantes para o padrão da paisagem preferida são: a vinha e a sua disposição; os socalcos tradicionais; as sebes de árvores à volta das vinhas; as oliveiras e outras árvores. As paisagens em que se difundem os espaços naturais são as menos apreciadas.

(c) Resultados de pré-teste

Num pré-teste realizado no miradouro de S. Leonardo de Galafura, em Setembro de 2006, foi colocada uma questão para averiguação das preferências dos indivíduos quanto ao ADV. Os elementos apresentados para ordenar, utilizando a escala de 1 a 5 (1 para o elemento mais preferido até ao 5, o menos apreciado) foram: a) os muros em xisto/socalcos e a cultura da vinha; b) as outras culturas mediterrânicas: amendoeiras, oliveiras; c) os povoados, as práticas e costumes populares; d) os monumentos, miradouros e o sagrado na paisagem: capelas e igrejas; e) quintas e casais. Utilizando como critério de comparação a soma das pontuações (sendo o elemento mais preferido o que apresentar o score mais baixo), os inquiridos 8 indicaram a seguinte ordem de preferências: 1) os muros em xisto/socalcos e a cultura da vinha; 2) os monumentos, miradouros e o sagrado na paisagem: capelas e igrejas; 3) quintas e casais; 4) as outras culturas mediterrânicas: amendoeiras, oliveiras; 5) os povoados e as práticas e costumes populares.

(d) Discussões públicas e reuniões com peritos

Quanto a discussões públicas, são apresentadas as

principais conclusões do colóquio “os muros da paisagem cultural...”, realizado a 18 de Abril de 2007, em Alijó. Este colóquio reuniu vários especialistas, actores no território (do sector público e privado), sendo os muros unanimemente referidos como um elemento marcante da paisagem. A problemática dos muros é um desafio para quem produz a paisagem, referiu o chefe de projecto da Estrutura de Missão do Douro. Para o mesmo, face à extensão de muros existentes na paisagem (milhares de quilómetros) parece inevitável a definição de prioridades: terão de ser tratados todos os muros de forma igual? Existem muros muito antigos, outros mais recentes e, por isso, é necessário desenvolver critérios para definir um sentido estratégico para que a reabilitação dos muros não seja feita de forma casual. Por outro lado, este esforço envolve diversos actores, desde os que produzem a paisagem, a vinha e o vinho, aos agentes da administração central e local. É necessário ter em consideração as diferentes perspectivas ou dimensões (económica, social, paisagística) para orientar este elemento marcante na paisagem.

O representante da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte referiu, na questão da conservação dos muros, a necessidade de distinguir os muros como suporte ao potencial produtivo, dos muros com valor arquitectónico e paisagístico. Os viticultores investem nos primeiros, mas para os segundos é necessária a participação pública.

Outro aspecto salientado no colóquio foi que muitas das bordaduras têm sido arrancadas, havendo uma tendência para o desaparecimento das oliveiras.

Adicionalmente, reunimos com peritos em diversas áreas para averiguar a importância dos atributos do ADV. No Anexo 1 apresenta-se a síntese da informação prestada por cada um deles.

Tendo como base as evidências apresentadas anteriormente, foram seleccionados os seguintes atributos para integrar o programa de preservação do ADV: (a) vinha em socalcos amparados com muros de xisto; (b) mosaico paisagístico (diversidade de culturas), incluindo a manutenção de bordaduras; (c) aglomerados urbanos; (d) preço.

Excepto o preço, para os remanescentes atributos só foram consideradas duas situações conduzindo a dois níveis: ou o atributo é salvaguardado ou acaba por desaparecer. Nesta decisão procurou-se conciliar a plausibilidade ou realismo do cenário e a operacionalidade do exercício.

Quanto ao realismo, atendendo à tendência ou dinâmica evolutiva da paisagem, sem apoios e restrições, é perfeitamente concebível, a médio e longo prazo, o desaparecimento em grande escala dos atributos tradicionais. Assim, o cenário de ausência do atributo relaciona-se com perspectivas futuras da evolução da configuração da paisagem tendo como referência o estado actual.

Quanto à questão da operacionalidade, a situação presença/ausência, dado o seu total distanciamento, cria uma alteração brusca na configuração da paisagem, não havendo grande possibilidade de ambiguidades

por parte dos inquiridos. Como o objectivo é que as escolhas dos inquiridos coincidam com as suas preferências,

pretende-se simplificar e tornar perfeitamente claro o programa a valorar.

A Tabela 4 sintetiza a informação sobre os atributos e níveis a integrar o programa de preservação do ADV.

Para facilitar a compreensão dos atributos e mudanças em questão, foi usada uma fotografia de um lugar pertencente ao ADV, Casais do Douro 9. Trata-se de um aglomerado tradicionalmente ligado ao cultivo e produção de vinho. Neste são visíveis armazéns de vinificação implantados ao longo do eixo viário principal do povoado e de apoio ao trabalho vitivinícola.

Na paisagem coexistem várias formas de implantação da vinha (em socalcos amparados com muros de xisto e formas mais modernas, vinha ao alto, em patamares amplos e em micropatamares). Subsistem também áreas naturais, como povoamentos florestais na parte mais encimada da colina. Embora não em todas as parcelas, persistem ainda algumas divisões em bordaduras de oliveira.

Este aglomerado envolve-se na paisagem vinhateira harmoniosamente. Estende-se ao longo do eixo viário principal, sendo concentrado. As construções são simples, baixas e implantam-se perfeitamente em socalcos de tal forma que, em certos casos, não ultrapassam a altura do patamar anterior. Praticamente só existem duas cores: o branco do casario e o laranja dos telhados.

Estas especificidades do aglomerado quanto à sua forma de implantação, volumetria e cor não apagam o “brilho” da paisagem vinhateira envolvente, antes pelo contrário, reforçam o espírito do lugar. Esta dicotomia não é partilhada por muitos aglomerados do Douro nos quais as edificações, descaracterizadas, desproporcionadas e descontextualizadas, acabam por ofuscar a riqueza do cenário circundante.

No entanto, neste aglomerado, também são visíveis várias edificações em elevado grau de deterioração ou degradação, sendo urgente a sua recuperação e, por outro, alguns edifícios habitacionais de construção recente descharacterizados.

Usando a fotografia inicial como base, através do programa de edição de imagens iPhoto, foram efectuadas algumas modificações para mostrar um dos níveis de cada atributo: ausência. Estas alterações são explicitadas para cada um dos atributos do programa ADV.

A escolha dos níveis do preço a integrar resultou dos valores que os inquiridos no pré-teste do Verão 2006 deram a uma questão aberta sobre a sua disposição a pagar para um programa de preservação da paisagem cultural do ADV. O preço, sob a forma de um acréscimo de imposto anual sobre o agregado familiar, para a situação com programa é definido a três níveis 20€, 40€ e 60€. A situação sem programa presente em todos os conjuntos tem um preço associado nulo. À semelhança de Maddison e Foster (2003) e Mazzanti (2003), o preço nulo não é considerado no processo de obtenção das alternativas correspondentes a um programa de preservação.

Notas finais

Indubitavelmente, a classificação do sítio pela UNESCO é um momento importante no reconhecimento público universal da qualidade do bem, cuja manutenção exige a definição e implementação de um plano de gestão e salvaguarda. A complexidade deste trabalho varia com o tipo de bem (monumento, conjunto de edifícios, parque natural, paisagem), sendo obviamente mais complexa no caso de paisagens culturais evolutivas vivas, em que é necessário compatibilizar os aspectos patrimoniais e históricos com inovação, melhoria da produtividade e competitividade das actividades desenvolvidas. Esta é a situação do ADV em que a vitivinicultura é o principal suporte económico da região.

No ADV, a salvaguarda é complexa, devido, por um lado, à própria natureza do bem e, por outro, à dinâmica subjacente à noção de salvaguarda dos seus elementos culturais. O ADV compreende múltiplos atributos, pelo que a decisão de os preservar ou proteger envolve, inevitavelmente, que alguém estabeleça critérios e prioridades, por princípio, baseados na informação prestada por peritos em áreas tão diversas como antropologia, história, arquitectura, agronomia, ambiente recursos naturais, economia. Dotados de saberes específicos os peritos nestas áreas devem suprir falhas de conhecimento da sociedade, de modo a que esta compreenda a importância do valor do bem (histórico, cultural e inter-geracional) e, deste modo, esteja disposta a pagar a sua preservação.

Para além dos muros em xisto, referência fundamental na paisagem cultural do ADV, servindo para amparar os terraços ou socalcos produzidos para plantar vinha nas suas encostas, outros elementos culturais que testemunham o modo de viver das várias gerações que passaram pelo ADV, influenciado pelas actividades de cultivo da vinha, são os aglomerados populacionais, a acessibilidade e elementos religiosos.

A multiplicidade dos elementos que integram e qualificam o ADV são elucidativos do quão difícil é estabelecer medidas simples e homogéneas de preservação e salvaguarda do bem. Esta dificuldade consubstancia-se e reforça-se se adicionada a multiplicidade de actores intervenientes no território, possíveis de definir a três níveis: instrumentos e organismos públicos, ao nível de gestão territorial; direitos de propriedade e responsabilidade de gestão, ao nível patrimonial e stakeholders, quanto aos interesses e efeitos da preservação.

Apesar da maioria dos direitos de propriedade pertencer a privados, a paisagem cultural do ADV é um bem de apropriação colectiva, no sentido de não rivalidade do consumo e não exclusão dos benefícios, tendo de ser objecto de acção pública, no sentido de corrigir potenciais falhas de mercado.

Genericamente, é assumido que o desenvolvimento e revitalização da região passa pelo turismo e, neste sentido, a decisão de salvaguarda e valorização de atributos do ADV tem necessariamente de dar resposta a uma procura crescente de visitantes, sendo importante conhecer e mo-

Atributos	Níveis
Vinha em socalcos amparados com muros de xisto	– Presença (manter a tradição)
	– Ausência (Expansão de vinhas novas; substituição de sistemas de implantação tradicionais)
Mosaico paisagístico (diversidade de culturas), incluindo bordaduras	– Presença (manutenção do mosaico paisagístico, vinha, olival, frutícolas, áreas naturais, bordaduras)
	– Ausência (perda de mosaico e desaparecimento da bordadura nas implantações de vinha modernas)
Aglomerados	– Presença das características tradicionais
	– Ausência (centros descaracterizados, perda das características tradicionais)
Preço (€)	– 60
Acréscimo de impostos anuais por agregado familiar	– 40
	– 20
	– 0 (sem programa)

Tabela 4 – Atributos e níveis do programa de preservação do ADV

delar as preferências destes.

Tendo como base as evidências captadas na caracterização do bem ADV, num estudo prévio, nos resultados de um pré-teste, e em discussões públicas e encontros com peritos foram seleccionados os seguintes atributos para integrar um programa de preservação do ADV: (a) vinha em socalcos amparados com muros de xisto; (b) mosaico paisagístico (diversidade de culturas), incluindo a manutenção de bordaduras; (c) aglomerados; (d) preço. Excepto o preço, para os remanescentes atributos só foram consideradas duas situações conduzindo a dois níveis: ou o atributo é salvaguardado ou acaba por desaparecer. O preço funciona como uma proxy do “imposto a pagar” para implementação do programa.

Em termos de técnica de escolhas discretas, a definição dos atributos e a fixação dos respectivos níveis, trabalho apresentado neste artigo, constitui a primeira fase da definição de um programa de gestão de um item patrimonial. A esta seguem-se (a) a combinação de atributos e níveis de modo a obterem-se alternativas e conjuntos de escolha, aplicando o delineamento experimental; (b) a estruturação do inquérito, a definição da amostra e a inquirição; (c) análise dos dados, estimação de modelos econométricos e apreciação dos resultados; (d) avaliação do bem-estar social.

Releva-se ainda que a definição de um programa de gestão de preservação de um bem cultural como o ADV não se deve limitar a recolher e tratar informação de junto de visitantes, devendo ser alargado a todos os stakeholders envolvidos na paisagem cultural, incluindo residentes e agentes económicos. Todo este trabalho deve ser

perspectivado tendo em mente que estamos na presença de uma realidade dinâmica, cuja sobrevivência depende dos efeitos de spillover (externalidades líquidas positivas) que a classificação proporcionar.

Referências

- Aguiar, F., Andresen, T. Y Dias, J.
2001 *PIOT-ADV, Relatório, Volume I - Diagnóstico da situação*. Vila Real: UTAD.
- Arezki, R; R. Cherif y J. Piotrowski
2009 “Tourism Specialization and Economic Development: Evidence from the UNESCO World Heritage List”. IMF Working Paper 176.
- Benhamou, F.
1996 “Is Increased Public Spending for the Preservation of Historic Monuments Inevitable? The French Case”. *Journal of Cultural Economics*, 20: 115-132.
- FRAH
2000 *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Marca Artes Gráficas.
- Frey, B. S. y Pamini
2010 “World Heritage Sites: Where we are? An Empirical Analysis”. Working Paper 462. Witzerland University of Zurich Institute for Empirical Research.
- Frey, B. S. y Rohner, D.
2007 “Protecting Itural Monuments against Terrorism”. *Defence and Peace Economics*, 18: 245-252.
- Frey, B. S. y Steiner, L.
2010 “World Heritage Sites: Does it Make Sense”. Wor-

- king Paper No 2010-11, CREMA, Basel, Switzerland.
- Ginsburg, V. y Throsby, D.
2006 *Handbook of Economics of Art and Culture*. Amsterdam: Elsevier.
- Lourenço-Gomes, L.S.
2009 Valoração Económica de Património Cultural: Aplicação da Técnica das Escolhas Discretas ao Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade - Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- Maddison, D. y Foster, T.
2003 "Valuing Congestion Costs in the British Museum". *Oxford Economic Papers*, 55: 173-190.
- Madureira, L., Pereira, D., Teixeira, M., Recio, S. y Gonzalo, J.
2005. "Procura e Valorização dos Benefícios Ambientais e Culturais do Douro-Duero". En Rosa, E. (Eds.), *Interreg IIIA – Douro/Duero Séc. XXI. Aproveitamento e Valorização dos Recursos* (pp. 39-52). Vila Real: UTAD.
- Mazzanti, M.
2003. "Discrete Choice Models and Valuation Experiments". *Journal of Economic Studies*, 30 (6): 584-604.
- Peacock, A. y I. Rizzo
2008. *The Heritage Game: Economics Politics and Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Prud'homme, R.
2008. *Les impacts Socio-Economiques de l'Inscription d'un Site sur la Liste du Patrimoine Mondial*. Trois Études. Cited 10 May 2009, <http://www.rprudhomme.com/resources/2008+Impact+Liste+Patrimoine.pdf>
- Quatenaire Portugal/UCP
2007. Plano Estratégico para os Vinhos com Denominação de Origem Controlada Douro, Denominação de Origem Porto e Indicação Geográfica Terras Durienses da Região Demarcada do Douro. Porto: IVDP.
- Shackley, M.
2006. *Visitors Management. Case Studies from World Heritage Sites*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Towse, R.
2003. *A Handbook of Cultural Economics*. UK: Edward Elgar Publishing.
- Throsby, D.
1997. "Seven Questions in the Economics of Cultural Heritage". En Hutter, M. y Rizzo, I. (Eds.), *Economic Perspectives on Cultural Heritage*. New York: St. Martin's Press.
- Van der Aa, B.J.M.
2005. Preserving the Heritage of Humanity? Obtaining World Heritage Status and the Impacts of Listing. Doctoral thesis. Netherlands Organization for Scientific Research.
- Wegner, C. y M. Otter
2008. Cultural Property at War. Protecting Cultural Heritage During Armed Conflicts. Conservation, *The Getty Institute Newsletter*, 23: 4-9.

ANEXO 1 INFORMAÇÃO PRESTADA POR PERITOS

Agrónomo, coordenador da candidatura do ADV a Património da Humanidade, Professor Associado Agregado UTAD

- i) quanto aos aglomerados do ADV, os factores mais relevantes referem-se à volumetria, cores (pintura ou materiais utilizados, por exemplo, pedra), desequilíbrios nas construções em banda nos arruamentos e compensações de declive da encosta com evidentes pilares. Não considera a dispersão espacial um elemento obrigatoriamente dissonante;
- ii) o património religioso não levanta grandes problemas (está bem conservado; as pessoas dão muito valor a este item, mas em termos de política de gestão da paisagem não carece de grande atenção);
- iii) quanto aos novos sistemas de implantação de vinha (patamares de duas linhas) referiu o excesso de altura de alguns taludes a partir dos 40% do declive da encosta (em fotos mostradas de paisagem de Veiga – concelho de Santa Marta de Penaguião) e o seu impacto na paisagem.

Foi-lhe apresentado o programa de preservação a valorar, incluindo os atributos e níveis, com o intuito de testar a sua plausibilidade. Em termos gerais, considerou muito interessante o programa proposto e concordou com os atributos e níveis escolhidos.

Arquitecto Paisagista, Parque Natural do Alvão, Professor Convidado UTAD

O atributo mais importante da paisagem do ADV é o mosaico. É a interligação entre a vinha, a oliveira em olival e em bordadura, os povoamentos florestais e o amendoal (este último com menor importância). Apontou para o perigo de desabamento de terra decorrente das novas implantações de vinha em micropatamares (nos exemplos em que os taludes de terra são muito elevados).

Relativamente aos aglomerados rurais, o elemento mais importante é a volumetria. O que "choca" são as grandes diferenças de altura e dimensão das construções.

Quanto ao património rural de apoio à vitivinicultura existem itens a conservar: armazéns, cardanços e antigos lagares. Muitos destes estão integrados em quintas.

A questão da conservação/preservação deve ter subjacente a funcionalidade, sem a qual o risco de degradação é bastante elevado. Tudo o que não tem uso, por um lado, deteriora-se rapidamente e, por outro, não incentiva os proprietários a preservar.

Especialista em História da Arte, Museu do Douro

Identifica a diversidade (o mosaico) como um dos elementos mais importantes a preservar no ADV e manter a riqueza cultural da região. Para além da vinha, não se podem esquecer as outras culturas, como o olival e o amendoal, cada vez mais menosprezadas.

Adicionalmente também considera relevantes os povoados. Quanto a este atributo privilegia essencialmente

a integração harmoniosa na paisagem, quer quanto aos materiais de construção (modernos e tradicionais), quer quanto à sua volumetria. Actualmente, é este item que carece de maior atenção política, dados os inúmeros exemplos de aglomerados muito degradados e desenquadrados na paisagem.

Quanto às construções de apoio vitivinícola, seria interessante a sua construção em materiais tradicionais (xisto) ou noutros que não se salientem na paisagem, como acontece com os inúmeros “armazéns” em tijolo ou betão armado dispersos pelas propriedades.

Não é muito importante considerar a conservação do património religioso como atributo porque este está bem protegido pela igreja e entidades eclesiásticas.

Especialista em arquitectura, Professor na UTAD

Considera uma série de atributos a preservar no ADV: soalcos tradicionais; quintas tradicionais; miradouros; vestígios arqueológicos; a casa popular tradicional; igrejas, capelas e alminhas; infra-estruturas de produção e transformação como moinhos e lagares; abrigos dos animais (cortes, pocilgas, cabris); equipamentos colectivos (fontanários lavadouros); praças e caminhos de peregrinação.

Releva a importância da inclusão de núcleos populacionais num programa de preservação do ADV, devido à sua degradação, descaracterização e impacto na paisagem.

Dada a dificuldade em encontrar um “povoado tipo” no ADV, refere a necessidade de caracterização individual permitindo detectar a homogeneidade existente.

Notas

- 1 <http://whc.unesco.org/en/statesparties/stat/#sp3> acedido em 9.5.2010.
- 2 47% localizam-se na Europa, 19% na Ásia e Pacífico, 18% nas Américas, 9% na África sub-Sariana e 7% noutros países. Portugal tem os seguintes bens inscritos na Lista da UNESCO: (a) Culturais - Alto Douro Vinhateiro (2001), Zona Central de Angra do Heroísmo (1983), Convento de Cristo em Tomar (1983), Paisagem Cultural de Sintra (1995), Centro Histórico de Évora (1986), Centro Histórico de Guimarães (2001), Centro Histórico do Porto (1996), Paisagem Cultural da Vinha da Ilha do Pico (2004), Mosteiro de Alcobaça (1983), Mosteiro da Batalha (1983), Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (1983), Pinturas Rupestres do Vale do Côa (1998); (b) Natural – Laurisilva da Madeira (1999).
- 3 <http://whc.unesco.org/archive/opguide08> acedido em 9.5.2010.
- 4 Neste trabalho utiliza-se de forma indistinta a expressão “sítio” ou “bem” cultural.
- 5 Contra a degradação dos sítios classificados, a UNESCO tem dois instrumentos ao seu dispor: a desclassificação

(até agora, aplicado a dois casos, Dresden na Alemanha e Santuário de Oryx em Oman); a colocação na lista de sítios em perigo (presentemente, 31 bens), que representa um sério aviso para a despromoção.

- 6 As secções seguintes são muito próximas do incluído nos pontos 4.2 e 4.3 de Lourenço-Gomes (2009).
- 7 <http://whc.unesco.org/sites/1046.htm>, acedido em 19.1.2009.
- 8 Dos quais resultaram 21 inquiridos válidos.
- 9 Povoado pertencente à freguesia de Ervedosa do Douro, desde 1911, e ao concelho de S. João da Pesqueira.

<i>Recibido:</i>	<i>07/01/2011</i>
<i>Reenviado:</i>	<i>05/09/2011</i>
<i>Aceptado:</i>	<i>09/09/2011</i>
<i>Sometido a evaluación por pares anónimos</i>	